

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sociologia: das ausências às emergências

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-970-7

DOI 10.22533/at.ed.707211504

1. Sociologia. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Combater a ausência a partir da emergência. Boaventura de Sousa Santos, um dos principais sociólogos da atualidade, aborda em seu pensamento a necessária quebra da colonização e da razão indolente, para o estabelecimento de um paradigma norteado pela multiplicidade de identidades e pela atuação contra-hegemônica a partir da abordagem do cosmopolitismo.

Esta perspectiva sociológica é o que norteia a edição da presente obra intitulada “Sociologia: Das Ausências às Emergências”, livro que reúne diversas contribuições para o debate de temas relativos ao cenário de diversidade e de pesquisas e abordagens teóricas descolonizadoras. Os capítulos da obra são resultantes de artigos e divulgação de investigações ancorados no campo da Sociologia, mas que dialogam com outras áreas do saber, como história, ciência da saúde, direito, comunicação, dentre outros.

Da mesma forma que o conceito central do livro é de origem e de debate múltiplo, as pesquisas que reforçam o conceito das Ausências às Emergências também são de localidades distintas, reforçando o caráter cosmopolita da pesquisa. Assim, as contribuições da presente obra não se encerram no cenário de excelência em pesquisa nas instituições privadas e públicas do Brasil, mas ultrapassam os limites nacionais para reunir também pesquisas desenvolvidas no eixo ibérico, em especial em universidades e centros de pesquisas de Lisboa, Braga e Madrid.

O quadro final é o de um livro com múltiplos olhares científicos que aprofunda olhares sobre temas como democracia racial, a luta das Mães de Acarí por justiça, a ética do cuidado, a identidade laboral, questões ambientais, e até a necessária inclusão da Sociologia no currículo básico de ensino. A relevância dos temas, a profundidade das análises e o rigor das investigações tornam a coletânea “Sociologia: Das Ausências às Emergências” uma leitura fundamental para o debate dos assuntos invisibilizados socialmente, e para quem busca tornar presentes e reais os assuntos ausentes.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Rodrigo Davi Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7072115041	
CAPÍTULO 2	17
A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS	
Nikolas Gustavo Pallisser Silva	
Alan Caldas	
DOI 10.22533/at.ed.7072115042	
CAPÍTULO 3	38
EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007-2015	
Gonzalo de Castro Lamela	
Clarisa Giamello	
DOI 10.22533/at.ed.7072115043	
CAPÍTULO 4	52
O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE	
Diego Borges Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7072115044	
CAPÍTULO 5	67
MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO	
Claudia Santos	
Marlene Tamanini	
DOI 10.22533/at.ed.7072115045	
CAPÍTULO 6	83
DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7072115046	
CAPÍTULO 7	98
DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA	
Diana Anunciação Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7072115047	

CAPÍTULO 8	110
ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	
Rovênia Amorim Borges	
Renísia Cristina Garcia-Filice	
DOI 10.22533/at.ed.7072115048	
CAPÍTULO 9	125
ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE	
Salomé Marivoet	
DOI 10.22533/at.ed.7072115049	
CAPÍTULO 10	140
SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES	
Isabela Sarmet de Azevedo	
Bárbara Carlos Souza	
Juliana Manhães Fernandes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70721150410	
CAPÍTULO 11	152
FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Edmilson Cardoso da Silva	
Diane Ângela Cunha Custódio	
Ana Lúcia Nery Sabath	
DOI 10.22533/at.ed.70721150411	
CAPÍTULO 12	166
MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA	
José Guirado Neto	
DOI 10.22533/at.ed.70721150412	
CAPÍTULO 13	180
O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	
Suelén Alves da Silva	
Sabrina da Silva Sousa	
Marco Aurélio Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70721150413	
CAPÍTULO 14	193
UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITALS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES	
André Barsch Ziegmann	
DOI 10.22533/at.ed.70721150414	

CAPÍTULO 15.....	207
DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE	
Rafaela Lourenço da Silva	
Alexandra Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.70721150415	
CAPÍTULO 16.....	220
A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA	
Dandara Vicente Soares	
DOI 10.22533/at.ed.70721150416	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 4

O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE

Data de aceite: 01/04/2021

Data da submissão: 08/03/2021

Diego Borges Cordeiro

Doutorando em ciências sociais da PUC-SP
São Paulo/SP
<http://lattes.cnpq.br/3493248020249161>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as relações de poder com base em Michel Foucault, a fim de interpretar a maneira como o poder se infiltra no seio social e como ele funciona tanto celularmente quanto massivamente. E, mesmo com o texto predominantemente desenvolvido sob o eixo teórico do filósofo francês, reserva-se aqui um espaço para abordarmos o conceito de *necropolítica* a partir de Achille Mbembe, um regime de poder capaz de administrar produções mortíferas para dominação de uma dada população, o que se torna oportuno para demonstrar um pouco de seu funcionamento durante a fase da pandemia do Covid-19, acerca de algumas estratégias aplicadas na política de saúde, de decidir direito de morte sobre a vida de alguns.

PALAVRAS - CHAVE: Michel Foucault. Achille Mbembe. Regime de Poder. Subjugação. Morte.

INTRODUÇÃO

Falar sobre regime de poder, logo, pensa-se na teoria de Michel Foucault, onde demonstra-

se que o poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos (FOUCAULT, 2006), como um feixe de relação de forças¹ assimétricas, com inúmeros laços e nós, e que vive em constante movimento, ocupando os (macros e micros) espaços na sociedade. Salienta-se aqui que o poder não é um objeto de propriedade particular, mas é exercido de relações sociais, ganham até mesmo formas como o exemplo das instituições econômica, política, jurídica etc.

Essas instituições são tecnologias racionais de governar espaço, tempo, registros de informações etc., e que pode ser compreendidas a partir de suas finalidades estratégicas, como também em seus efeitos advindos de táticas e manobras que se exercem enquanto técnicas e procedimentos de apropriação, dominação e exploração, como um tipo de “(...) hierarquia, isto é, a relação de uma força dominante com uma força dominada, de uma vontade obedecida com uma vontade obediente” (DELEUZE, 1976 [1962]: 6).

O poder pode se ocupar de um território com o objetivo, por exemplo, de manter a lei; como também, para Foucault, pode ser centrado no corpo, produzindo efeitos individualizantes capaz de manipular o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo (FOUCAULT, 1999, p 297). Outro modo de operação é por meio do *biopoder*, “cuja função mais elevada é investir sobre a vida”

¹ Para Deleuze (2014 [1986]), o poder refere-se à relação de forças.

(FOUCAULT, 1985, p. 131), e, quando o poder se organiza *biopoliticamente*, como um tipo de ciência de governança em massa, se torna capaz de controlar a saúde dos corpos da população.

Também tem aquele poder exercido abusivamente sobre corpos, e quando age começa-se produzir cenas de sua última dominação: a morte. No lugar do corpo humano morto e descartado cunha-se o termo *necropolítica* do camaronês Achille Mbembe (2018), para se referir ao uso do poder que dita o modo como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer.

E apesar de toda análise ser apoiada predominantemente sob o eixo teórico de Michel Foucault, com o propósito de analisar e buscar o poder naquele exato ponto no qual se estabelece e produz efeitos (FOUCAULT, 1999, p. 33), desdobrando-se sobre a explicação de uma “população súdita”, construída sob um regime de poder, e que o “direito de liberdade” desta população assume apenas uma possibilidade de experiência que deve ser exercitada, o artigo abre espaço para o autor Mbembe (2012) apontar o conceito de necropolítica, e a partir dele demonstrar um pouco do cenário pandêmico do Covid-19, exatamente sobre as estratégias mortíferas aplicadas na política de saúde, de decidir direito de morte e poder sobre a vida de alguns: técnica de controle e subjugação dos corpos.

POPULAÇÃO SÚDITA

Depois de uma breve explicação introdutória sobre o poder, o texto se desenvolve com o propósito de demonstrar mecanismos de controle e subjugação, como também seus reflexos que vão/estão muito além dos muros institucionais supracitados na introdução.

De onde menos se espera, o poder cada vez mais espalha-se tecnologicamente pela sociedade, seja por meio da vida política, nas relações de trabalho, nas redes sociais, entre outros. Através das tecnologias se faz o uso de cada indivíduo diariamente. Para Anthony Giddens, os estados modernos em geral dependem do desenvolvimento de condições de vigilância voltadas para a supervisão das atividades da população súdita, quer por meio da supervisão direta ou por meio indireto, sobretudo a partir do controle da informação (GIDDENS, 1991, p 63).

E estar na qualidade de súdito implica dizer o quanto se estar submetido à vontade de outros através de uma relação que pode ser de medo, de admiração e cegueira (paixão) por um ideal, causa ou atividade, cujos sentimentos muitas vezes designam-se em justificativas objetivadas, do tipo em Hobbes (1999), em que a existência de um poder absoluto e soberano é essencial para garantir a ordem e a paz. Nesse caso, demonstra-se a necessidade de se submeter para que a vida e a paz sejam respeitadas, ou seja, deve-se obedecer para sobreviver. E independente do contexto vivido, a situação condiz para uma população excessivamente dócil e obediente às formas de poder.

Pode-se associar certas cegueiras naquilo que Foucault (1979, p.289) vem colocar

a população não só como força do soberano, mas como sujeito das necessidades e aspirações, consciente daquilo que se quer, e inconsciente em relação ao que se quer que ela faça. No entanto, o sujeito ávido de necessidades e paixões se torna um risco iminente à sua lucidez ou sensatez. Parece que tudo se nasce do “desejo voluntário”, bem diferente de um ato direto de violência e coerção. Compara-se naquilo que se refere ao assujeitamento apontado por La Boétie (1982), uma vez que o indivíduo não apenas obedece, mas passa se rastejar desde sempre em busca de servir.

No *Discurso da Servidão Voluntária*, obra escrita em 1548 por Étienne de La Boétie, quando tinha 18 anos, expressa-se uma crítica a um homem em que ocupa o poder do trono, conhecido por suas tiranias de governar, e que, na pior das hipóteses, é validada pelo próprio povo, pois estes escolhem dever obediência e ser servos a ele, abandonando voluntariamente a liberdade; para La Boétie (1982), é o povo que se sujeita.

La Boétie reflete questões que levam o homem a servir voluntariamente, como se deixar ser levado pela “força do hábito”, visto que o hábito tem o poder de ensinar-nos a servir; outra questão apontada pelo autor é se realmente o fato de servir se trata de uma covardia, o que não se pode dizer que na obra fala apenas de uma pessoa disposta a se submeter à servidão, mas, sim, de milhões de homens dispostos (LA BOÉTIE, 1982). Também o autor aponta que a servidão acontece por meio de uma “estrutura do poder”, uma relação de co-participação de um tirano, no qual se submete por intermédio dos outros, demonstrando-se que a tirania só funciona se tiver cúmplices, não apoiadores ou amigos. Nesse caso, “eles não se entre-amam, mas se entre-temem” (LA BOÉTIE, 1982, p.36).

A participação de milhões de homens dispostos a servir, pelo visto, é de suma relevância para um indivíduo tirano manter-se no poder, pois a submissão se dar em relação “a vontade geral”² de um povo, e não apenas a uma vontade particular. E assim, com a obra escrita no século XVI, *O Discurso da Servidão Voluntária* ainda continua atual, e que várias questões levantadas pelo autor ecoam na nossa maneira de viver. O que se diferencia é o fato da sociedade contemporânea não estar à servidão de um só tirano (o Rei), isto é, não nos submetemos apenas a um governante, mas vários senhores personalizados.

O tirano pode estar num sistema político, mas também em uma droga, numa tradição, num modismo, nas redes sociais, na mídia, como também no caso da fábrica, em que o uso tecnológico de controle e de adestramento é exercido por meio de horários regulados de chegada, almoço e saída, tudo com o intuito de maximizar a produção. No caso da escola, uma das fases iniciais de subjugação é exercido através do controle da fome, de ir ao banheiro, manter-se em constante socialização com outras crianças em pequenas rodas de conversa, por exemplo.

Da mesma forma, há mecanismos de controle em normas e princípios que balizam

² A soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e o soberano nada é senão um ser coletivo (ROUSSEAU, 1999, p. 86).

indivíduos, grupos e sociedades, sejam por meio de questões morais, religiosos, ético etc. Se trata de tiranos personalizados aos vários estilos de vida, se ocupando como um tipo guru particular que, muitas vezes, vivem à distância dos bolsos. A partir deles tornamos cada vez mais presos, dependentes e cômodos. Com uma população controlada por mecanismos de dominação em tempo integral, força-nos a questionar: para que pensar, se alguém pode pensar por mim?

Certamente a resposta está diante dos olhos, ao momento em que se pára e observa o entorno, pois, tudo é feito estrategicamente de tal modo que as tecnologias tendem a atender a cada necessidade e comodidade dos indivíduos, ou seja, vivemos presos a esta “liberdade”, servindo (in)voluntariamente aos senhores dos dados, e não resta nada a não ser “redução de danos”. Afinal, o “poder é destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 1977, p.128).

O EXERCÍCIO DA LIBERDADE

Mesmo ciente que a população vive controlada e subjugada sob mecanismos de poder, decerto, muitos não vislumbram do quanto se tornam submissos e do quanto abrem mão deliberadamente da liberdade. Pode-se partir do pressuposto de que a liberdade é sedutora, e dialoga entre: o desejo, a necessidade e a escolha.

A liberdade expressada por desejo, segundo Maquiavel (1993), pode ser ou do povo (populo) ou dos grandes (grandi). Nesse caso, o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, e os grandes desejam comandar e oprimir o povo (MAQUIAVEL, 1993, p.271). Aqui, o direito de liberdade, bem como gozar dela, força-nos a pensar que estamos à frente de uma relação de forças que parece se sustentar através de um regime de compensação entre as partes, e, como diz Maquiavel (1993), é necessário que o povo queira alguma participação na vida política, o que significa o exercício de magistraturas. Portanto, necessita do desejo das pessoas se autodeterminarem, das pessoas fazerem suas escolhas, percorrem seus caminhos sem maiores cerceamentos.

No segundo ponto de reconhecer que a liberdade é uma necessidade, para Rousseau, é inconcebível que os homens renunciem suas liberdades, a não ser que sejam loucos, pois “renunciar a liberdade é renunciar a qualidade de homem” (ROUSSEAU, 1999a, p. 62). Observa-se o quanto a liberdade é necessária para que as pessoas possam realizar efetivamente o que creem em ser as suas potencialidades. Nesse aspecto, na condição da necessidade da liberdade, ela pode se atrelar ao plano mais amplo, pela política, no plano metafísico e religioso, ou até num plano estético.

E o terceiro aspecto, no sentido de a liberdade ser uma escolha, na perspectiva de Hobbes, a liberdade de escolha sucede-se uma outra liberdade. “Por liberdade entende-se, a ausência de obstáculos exteriores, os quais podem frequentemente retirar parte do poder que um homem tem para fazer o que quer, mas não podem impedi-lo de usar o poder que

lhe resta conforme ao que lhe ditam seu juízo e razão” (HOBBS, 1999, XIV, parágrafo 2). Certamente, a liberdade nesse campo se sinaliza como um espaço finito, no qual tem-se que pensar dentro de certos âmbitos, dentro de certos limites, e quais são essas escolhas possíveis, o que não significa que seja um caminho menos complexo e menos difícil.

Isto posto, percebe-se que desde a tradição filosófica da modernidade a ideia de liberdade está associada com a teoria política. Ela é política porque ao mesmo tempo em que defende e aspira viver liberdade, ela também é o argumento para que se possa colocar como antagonista daqueles que detêm o poder, e que pelo próprio exercício do poder muitas vezes são os responsáveis por cecear esta liberdade. E a liberdade, ou a sua interpretação enquanto projeto político que já estava nos gregos, ganhou novos revestimentos com os pensadores modernos como: Étienne de La Boétie, Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, entre outros.

E por que a liberdade moderna se tem o argumento tão poderoso e ao mesmo tempo tão contraditório? Certamente é poderoso porque é entorno da liberdade que o poder se justifica; os poderes existem ou devem estar sustentados na questão da liberdade, e ele é contraditório porque em nome desta mesma liberdade que muitas ações são feitas, inclusive negando direito. Em suma, a liberdade não é única, e muitos dos seus inimigos dissimulam ser seus defensores.

Para Sartre a liberdade ainda é a condição da existência humana, “é sentir o peso de sua responsabilidade sobre seus ombros, sem ter a quem culpar” (SARTRE, 1997, p.678). Ainda complementa de que o homem está condenado a ser livre, uma vez jogado no mundo, ele é responsável por tudo o que faz (SARTRE, 1997), ou seja, está condenado porque ele não criou a si, pois tão logo é atirado ao mundo, e torna-se, então, responsável por tudo o que faz.

As palavras de Sartre nos fazem pensar: seria a liberdade a maior das prisões? Pelo visto a liberdade de qualquer forma tem um preço alto, e nem todos estão dispostos a pagar. E ser livre para decidir e fazer ou deixar de fazer torna-se responsável por todos os desdobramentos das ações e inações (SARTRE, 1997). Com a liberdade que não liberta de encarar as consequências de cada ação, embora ainda possa-se fazer tudo, nem tudo pode e deve ser feito. É nesse sentido que nos aprisionamos.

Presos, submissos, silenciados e apagados por algum tipo de relação de poder, e questionar essa falsa liberdade certamente contraria, por exemplo, a verdade iludida da sociedade capitalista. O que Foucault (1994, p. 276) afirma é que “a liberdade dos homens não é nunca assegurada pelas instituições e leis que têm por função garanti-la [...]. Não porque elas são ambíguas, mas porque a ‘liberdade’ é o que se deve exercitar”. O autor francês não apresenta nenhuma teoria sobre a liberdade além de reflexões que remetem aos paradoxos entre as filosofias da liberdade e as formas de poder, mas é possível perceber pontualmente a liberdade nos estudos do filósofo diante dos exercícios da biopolítica, do poder e da resistência.

A liberdade é exercitada na relação de poder, e as lutas contra o seu exercício ocorrem no interior de tal relação (e não fora), visto que nada escapa ao poder (FOUCAULT, 1979). E a própria existência de relações de poder permite que não se sature completamente as possibilidades de resistência, pois, “[...] no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ sem cessar, existe a rebeldia do querer e a intransitividade da liberdade” (FOUCAULT, 1994a, p. 238). Confronto incessante surge como resistência, e é na resistência que Foucault compreender o exercício da liberdade. Assim, a possibilidade de resistir se traduz em: liberdade.

Poder, liberdade e resistência caminham juntos. E é certo que essa busca de liberdade assuma ao menos uma possibilidade de experiência, o que não se trata apenas sobre uma questão de escolha ou vontade necessária para se conquistar a liberdade, mas expressa-se naquilo que se age. Sua condição é de indivíduos no exercício de sua liberdade.

REGIME DE PODER NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: O CONTROLE SOBRE A VIDA E A MORTE

Agora analisa-se um regime de poder mais concreto, regido fortemente através de seus objetivos político e econômico, com um tipo de operação que incide no aumento da incapacidade de resistência (liberdade) do indivíduo. Assim, esse homem torna-se menos propenso a insurgir contra as ordens do poder, ou seja, ele é neutralizado, tornado dócil (FOUCAULT, 1977).

Mas, desta vez, o cenário difere-se do poder de Rei soberano, de ter o direito de decidir *diretamente* sobre a morte de alguém. Não está mais em jogo a teoria clássica da soberania, caracterizada pelo poder em «fazer morrer e deixar viver», e nesse momento é a «vida» que entra como objeto de agenciamento do poder. A época moderna opõe a velha lógica por um poder de «fazer viver e deixar morrer».

Agora, quando o “soberano” *atua* faz o corpo viver, e na posição de *passivo* deixa-se morrer. Trata-se, para Foucault, de uma mudança na forma de controlar a população, uma vez que a lei funcionava como um instrumento *regulador* da sociedade, e a partir dos séculos XVIII e XIX a *norma* se impõe com base na disciplina, controlando o indivíduo. Essa compreensão pode ser observada na leitura de Foucault em *Vigiar e Punir* (1977), *História da Sexualidade I: a vontade de Saber* (1985) e *Em defesa da Sociedade* (1999).

Tal como se dá no século XIX, mostra-se que a *norma* circula entre uma tecnologia do corpo e da população. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1985, p. 302), e se aplica em diferentes condições, como: a forma que o indivíduo veste-se, na definição de família e casamento, à atenção que o governo dar para assuntos públicos como aborto, mortalidade, criminalidade, bem como na instrução escolar, militar e política

para que a população tenha bons hábitos de saúde e disciplina; o acesso a hospitais e serviços, segurança pública etc.

Estamos, para Foucault, na era do biopoder. É um biopoder que age enquanto procedimento de controle relativas à natalidade, à mortalidade, na longevidade, nas técnicas de rejuvenescimento. O biopoder é justamente essa necessidade de investir na saúde do sujeito, conduzindo o corpo na sua disciplinarização, condicionando-o numa máquina e nas aptidões físicas, pois dela depende sua produtividade. Este biopoder foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1985, p. 132).

Já a noção de biopolítica, que consiste em uma “estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.286), surge nos estudos de Foucault a partir alguns acontecimentos fundamentais no século XIX, com o efeito da industrialização e da urbanização, e torna o corpo uma preocupação de Estado. O processo de industrialização demandava corpos dóceis, úteis e saudáveis; são reflexos da biopolítica adotada, pois aplicam-se direta ou indiretamente ao corpo do indivíduo, passando-o a regulamentá-lo, de forma saudável ou não (FOUCAULT, 1985, p.131-132). Assim, o Estado passa a “cuidar” da saúde e da higiene das pessoas em prol do “futuro da espécie”, do “bem comum” e da “saúde das populações”.

A biopolítica trama os corpos por meio dos biopoderes. “Vida e política estão atadas a um nó que já é impossível desatar” (ESPOSITO, 2006, p.14). E se atentarmos, podemos perceber que a biopolítica atua através de biopoderes locais e se ocupa da falta de capacidade produtiva e da inabilidade dos sujeitos, seja devido ao envelhecimento ou às doenças, ou por qualquer “[...] conjunto de fenômenos [...] que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de por indivíduos fora de circuito, de neutralização” (FOUCAULT, 1999, p.291). E na proporção em que esses fenômenos se tornam preocupações políticas, o Estado passa agir com base na prevenção da “doença”, propondo mecanismos perspicazes e economicamente mais racionais para garantir a saúde e a vida de alguns.

Se necessário, para garantir a saúde de uma coletividade passa-se a ser tomada como foco principal a eliminação dos “inimigos” em prol de outras. São estratégias pensadas para que a morte de alguns seja potencialização de vida para outros; é o funcionamento da biopolítica, e o Estado passa a controlar biologicamente a sociedade, utilizando instituições como da saúde pública para controlar os corpos. A biopolítica utiliza-se do dispositivo do biopoder para dessa forma decidir quais membros da sociedade podem viver e quais devem morrer.

Com as formas racionais de governar o poder sobre corpos, tendo como base o conceito de poder normativo e disciplinar de Michel Foucault, demonstra-se agora um tipo de funcionamento de gestão sobre a vida, exercida por meio de técnica a partir do vírus SARS-CoV-2. Estamos falando do agente causador da pandemia do COVID-19, um vírus

que notoriamente desencadeia sintomas de resfriados comuns à Síndrome Respiratória Aguda-Grave. E exatamente em **11 de março de 2020**, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anuncia, em Genebra, na Suíça, que a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, se caracteriza como uma pandemia³.

Sua transmissão pode ocorrer de uma pessoa para outra através do contato aproximado com o infectado, o qual tem-se causado mortes e muitas preocupações na Organização Mundial de Saúde (OMS), pois ele se alastrou rapidamente na maior parte dos países do mundo. Afinal, trata-se de um vírus que se torna visível por meio da atualização de infectados. Mais de 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil pessoas perderam a vida⁴.

“Os países devem adotar uma abordagem envolvendo todo o governo e toda a sociedade, construída em torno de uma estratégia integral e combinada para prevenir infecções, salvar vidas e minimizar o impacto”⁵, disse o diretor-geral da OMS. Nesse sentido, a biopolítica age em medidas governamentais que, sem dúvida, atuam e interferem sobre a cultura, a sociedade, a economia, as leis, a saúde, a educação, além de ditar normas e restrições comportamentais que afetam a população sob aquele governo, ditando parâmetros e ações sobre a vida e a morte (FOUCAULT, 2007, p.40-41).

Vive-se uma tentativa de profilaxia baseada no biopoder. Exercícios do biopoder aconteciam na maior parte dos países afetados pelo vírus, como o caso da população ser orientada à mudança de hábitos cotidianos (com o exemplo do uso de máscaras em lugares fechados e higienização frequente das mãos) para enfrentar o vírus altamente contagiante. São mecanismos fundamentais que entram na política, numa estratégia geral de poder (FOUCAULT, 2008), e mesmo diante das medidas preventivas, com utilização desses procedimentos, o vírus ainda foi marcado por sua rápida proliferação.

E o aumento avassalador de infectados corrobora-se para que a suspensão de atividades socioeconômicas fosse aderida por meio de medida de isolamento e distanciamento social: foi uma decisão dos estados baseados na lei 13.979/2020, uma das aplicações concretas do biopoder voltada para sanar um problema de saúde pública, cuja norma tem deixado a população desprovida de seu direito de mobilidade, uma vez que a ordem geral era “fique em casa”.

Se o biopoder tende a agir em diferentes formas de exercícios de controle sobre o corpo dos indivíduos governados, a condição dos governadores em recomendar que a população evitasse ir à rua é uma prática pela qual o biopoder estava agindo sobre o corpo desses indivíduos, valendo-se de uma prerrogativa de segurança nacional, para impedir o aumento do contágio do novo coronavírus, ao mesmo tempo em que essa ação de salvaguardar a saúde da população significasse impô-la a obrigação de um isolamento emergencial, mesmo que encarado a contra gosto por parte de alguns (VENTURA;

3 Cf. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no dia 11 de março de 2020.

4 Cf. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no dia 11 de março de 2020.

5 Ibidem.

AITH, RACHID, 2020). São medidas que se resumem com “as disciplinas do corpo e as regulações da população que constituem em dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1985, p. 131). E todos os protocolos de medidas da política de saúde é “algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana” (FOUCAULT, 1985, p. 289).

Em oposição, surgem algumas autoridades políticas, empresários, banqueiros, industriais etc. que defendiam ir para a rua e seguir com a vida, pois essa epidemia não é “tão perigosa” ou seria uma “falácia”, e, caso morressem algumas pessoas, seria um “sacrifício válido” para manter o país funcionando (SAFATLE, 2020). É certo que se expressavam contrários às medidas pelo fato de que afetariam assuntos de interesses próprios e comerciais, por exemplo. Uma biopolítica a ser usada para beneficiar alguns em detrimento de pôr a vida de muitos outros em risco. Segundo estes que protestavam, a “economia não poderia parar”.

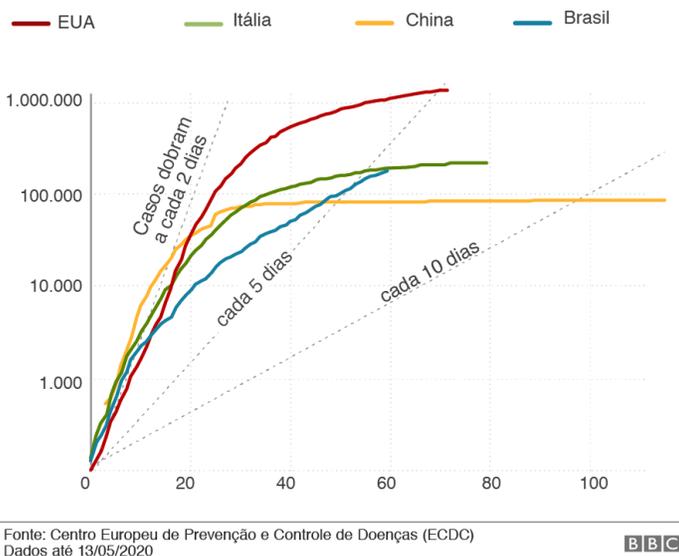
O argumento de que a quarentena prejudicaria a economia e acabaria agravando a “fome” e geraria “assaltos”, aqueles que defendiam ser contrários às medidas de restrição, começaram a se manifestar publicamente, atacando-as e propondo até boicote (SOUSA, 2020). Boaventura dos Santos comenta que essa opinião foi compartilhada em muitos países de tendência conservadora, neoliberal e extremista, onde seus governantes erguiam a “bandeira” de que era necessário “sacrificar” milhões de vidas pelo bem da economia, entretanto, economistas de diferentes nacionalidades contestaram esse argumento (SANTOS, 2020, p.26).

Enquanto isso, “em 12 de maio, o Brasil registrou 9,3 mil novos casos do Covid-19, totalizando 177 mil notificações e 12,4 mil mortes”⁶. No gráfico abaixo, o eixo vertical aponta o número de casos e o eixo horizontal trata-se sobre o número de dias a partir do centésimo caso, assim, permitindo observar a progressão de infectados de cada país.

6 Cf. Da BBC News Brasil em Londres, 13 de maio de 2020.

Como avança a pandemia no Brasil em comparação a três 'epicentros' da covid-19

Comparação da velocidade de duplicação de casos a partir do 100º caso registrado



Segundo a BBC News Brasil em Londres, o número de casos dobra-se no Brasil a cada 5 dias, a terceira pior taxa do mundo.

Diante do cenário, a política de saúde necessita-se avançar em decisões biopoliticamente mais radicais com a população para assegurar algumas vidas. Mas, logo, hospitais têm que escolher entre quem deve viver e quem deve morrer pelo fato do sistema de saúde não ser capaz de atender a todos igualmente, exemplo do que ocorreu na Itália: *Coronavirus: "Ogni giorno devo decidere chi deve essere intubato e chi no, chi deve vivere o morire"* (Coronavirus Mario Riccio: "Todos os dias tenho que decidir quem deve ser intubado e quem não, quem deve viver ou morrer") (LINKIESTA, 27 de marzo 2020).

Na BBC Future (By Abigail Beall, 28th April 2020) divulga o caso sobre a Itália: "*The heart-wrenching choice of who lives and dies*" (A escolha de partir o coração de quem vive e morre). Em questão de dias a Itália tornou-se o segundo país mais afetado pela pandemia, ultrapassando 15.000 casos confirmados e registrados mais de 1.000 mortes⁷. A situação da Itália leva-se a "fazer 'escolhas difíceis' de acordo com a chance de sucesso de tratamento, considerando a idade do paciente, se esta pessoa tem outras doenças, a gravidade do seu estado e a possibilidade de reverter esse quadro"⁸.

E em consequência, os processos de desumanização e objetificação dos corpos aumentam na pandemia. No caso do Brasil, no G1 ES: "médicos terão que escolher quem

⁷ Ibidem.

⁸ Cf. Da BBC News Brasil em Londres, 13 de maio de 2020.

vai viver e quem vai morrer”, diz secretário de Governo do Espírito Santo (ES). Recomenda-se que para que não seja necessário escolher quem vai viver ou morrer pela Covid-19, capixabas devem cumprir medidas de isolamento social, saindo das suas residências somente quando for necessário (G1 ES, 08/06/2020).

Tenderia a pensar que passa-se a ter nas políticas de saúde medidas que produzem condições mortíferas em seus atendimentos, ou seja, estamos diante de serviços de saúde pensados para que pessoas morram ou vivam em condições tão limítrofes que a relação ou a distinção entre vida e morte passa a ser muito pequena. E aqui pode-se usar o conceito de *necropolítica* sustentado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe para se tratar da política de morte aplicada em hospitais. O conceito reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2017, p. 5).

Trata-se, então, de uma política que produz cenas diretas de descartes, uma política de morte como paradigma da divisão entre segmentos sociais, que regulamenta o poder de gestão sobre as vidas, ditando quem pode viver e quem deve morrer para garantir o funcionamento da máquina de guerra capitalística (MBEMBE, 2011). Mas, nem todos os corpos são matáveis. Segundo Mbembe (2018a), o que determina quais vidas podem/ devem morrer, o que faz um “corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, é o racismo de Estado, que produz a morte a partir da visão de que quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie.

A concepção de necropolítica corrobora ao entendimento das diferenças que o Estado promove em relação a determinados grupos e diferenciação ao direito à vida. Parecem medidas que promovem a vida e a morte a partir da hierarquização dos corpos, estratificando-os aqueles que podem ser descartados ou devem viver. Remete-se à conotação de proteção social por meio de medidas capazes de purificar o ambiente através do corpo descartado, este contaminado pelo vírus letal.

O poder de matar a partir de um sistema político centrado no “biopoder do racismo”, introduz-se o domínio contínuo da vida. Com o racismo, o tema da guerra das raças é inteiramente substituído pela ideia de que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999, p.305). Da mesma forma o autor camaronês denuncia que o processo histórico-colonizatório trouxe como “novidade” o racismo vinculado ao capitalismo, no qual os corpos negros escravizados foram objetificados e tomados como mercadoria (MBEMBE, 2018a).

E o contexto pandêmico atualiza-se com a seguinte pergunta: a quem garantimos o direito à vida? Uma resposta difícil de ser dada ao momento em que se percebe que a estratégia é se apropriar da vida, e das formas de vida, como também de decidir e tomar medidas a respeito de como devemos morrer, de quem deve morrer, e o que deve acontecer com essa morte e com esse corpo, e isto demonstrada com relação a política de saúde e

a distinção das vidas cuidadas e das vidas expostas à morte. Ocorre quando a política de saúde, como no caso da Itália e do Brasil, toma medidas de decidir quem deve viver e quem deve morrer por meio de ações ou omissões.

A ideia de equipamentos da saúde decidir quem pode ser atendido corresponde ao discurso de que “alguém vale mais do que os outros”, de “quem não tem valor pode ser descartado”, e tem potencial para exemplificar o sistema capitalista baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer, a partir daquilo que define o que importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Aqui, chega-se à preocupação de Mbembe sobre as formas de soberania, visto que o projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e população (MBEMBE, 2017, p.11).

O objetivo aqui não é desenvolver uma análise aprofundada sobre a necropolítica, mas apontar justamente este recorte de sua operacionalização, de decidir sobre a vida de alguns dentro de suas estratégias na pandemia do Covid-19, para que, logo, possa-se perceber como o poder se infiltra no seio social e o quanto a população é controlada e subjugada por mecanismos de poder.

E sem muitas possibilidades de embate de forças, de liberdade, o que se prevalece na pandemia é a violência sobre corpos. E o que resta com estas pessoas (não) atendidas pela política de saúde, é se identificarem numa posição melancólica, isto é, com uma posição de quem já não tem nada a fazer contra esse regime de poder; posição de quem perdeu algo e que não pode simbolizar o que perdeu, e que não pode dizer nada sobre o que perdeu. Se identificar com essa perda é, portanto, se converter em uma forma de subjetividade passiva e silenciosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São tantas formas racionais de regime de poder, como também de governar esse poder nas suas mais variadas estratégias, como uma espécie de manipulação excedente sobre o corpo, que tais técnicas se tornam responsáveis pela cronificação das desigualdades sociais, exclusão e racismo, ausência de políticas públicas, como também nas mortes de muitos corpos.

Mostra-se nesse texto uma relação como o binômio saúde-doença, e que se faz presente na estrutura social e econômica, fundamental para a definição dos corpos úteis, abandonados, curados ou perecidos, normalmente estes revelados pelos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2018): no caso homens e mulheres pretos e pardos que têm restrições sociais em maior proporção quando comparados a homens e mulheres brancos, embora o levantamento de dados sobre a COVID-19 no país ainda revelam a escassez de dados desagregados por raça/cor, o que impossibilita a verificação

dos impactos de certos grupos sociais na pandemia⁹.

A gestão necropolítica também acompanha silenciosamente o poder de decidir sobre vida. Não se trata de pensá-la em uma única maneira de gerir abertamente as mortes e os mortos. Ela no Brasil demonstra-se entrar num dispositivo mais complexo em que ela se encontra, com discurso do inimigo, com o neoliberalismo, com forças de segurança, e com outras tantas racionalidades que compõem a lógica do poder no Brasil, e que são responsáveis pela gestão violenta e mortífera das populações, em especial das periferias do nosso país. Segundo Achille Mbembe (2011), se discute o quanto o Estado constrói políticas de exclusão baseadas na ideia de inimigo social e a partir disso elege os grupos considerados úteis ou descartáveis.

São condições mortíferas de fazer com que determinadas regiões ou grupos estejam submetidos permanentemente a um controle de sobrevivência em níveis mínimos

Mas, mesmo diante de tudo o que foi exposto, não resta dúvida de que ainda a liberdade deve ser exercitada.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **El poder: curso sobre Foucault** (Tomo 2) [1986]. Buenos Aires: Cactus, 2014.

_____. **Nietzsche e a filosofia** [1962]. Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural, 1976.

ESPOSITO, Roberto. **Biopolítica y Filosofía**. Tradução de Edgardo Castro. Buenos Aires: Grama ediciones, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

_____. **Diálogo sobre o poder. Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

_____. Espace, savoir et pouvoir. In: **DITS ET ECRITS IV**. Paris: Gallimard, 1994, p. 270-285.

_____. **Dits et écrits**. Paris: Éditions Gallimard. v. 4. 1994a

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977. 277p.

⁹ Cf. Revista Consultor Jurídico, 2020.

_____. **El nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Edunesp, 1991. 177p.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE; 2018.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAQUIAVEL, N. **Il principe**. In Tutte le opere. Org. por M. Martelli. Florença: Sansoni, 1993 (2º edição).

MBEMBE, A. **Necropolítica: seguido de sobre el governo privado indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina; 2011.

_____. **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

_____. **A crítica da razão negra**. São Paulo, Sp: n-1 edições, 2018a.

_____. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. Necropolítica, una revisión crítica. In: BARRIOS, J.L.; MAC GREGOR, H. C.;

EXÓSITO, M. et. alii. **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. México: Museo Universitario Arte Contemporáneo/Universidad Nacional Autónoma de México, 2012, p. 131-139.

ROUSSEAU, Jean-Jacque. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999a. 303p.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao Estado Suicidário**. Crisis & Crítica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil**. UNIFESSPA, 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e a "lei de quarentena" no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, [S.L], p.1-32, 2020.

(OPAS) Organização Pan-Americana da Saúde. **“OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia”**. <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic> (consultado no dia 11 de março de 2020).

Da BBC News Brasil em Londres. **“Coronavírus: 10 gráficos para entender a situação atual do Brasil na pandemia”**. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52595760>. (Consultado no 13 de maio de 2020).

LINKIESTA. **“Coronavírus: Ogni giorno devo decidere chi deve essere intubato e chi no, chi deve vivere o morire”**. <https://www.linkiesta.it/2020/03/ospedali-coronavirus-mario-riccio/> (consultado em 27 de março de 2020).

BBC Future. **“The heart-wrenching choice of who lives and dies”**. <https://www.bbc.com/future/article/20200428-coronavirus-how-doctors-choose-who-lives-and-dies> (consultado no dia 28 de abril de 2020).

Da BBC New Brasil em São Paulo. **“Coronavírus: Médicos podem ter de fazer ‘escolha de Sofia’ por quem vai viver na Itália”**. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51864814> (consultado no dia 13 de março de 2020).

G1 ES. **“Médicos terão que escolher quem vai viver e quem vai morrer”**. <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/06/08/medicos-terao-que-escolher-quem-vai-viver-e-quem-vai-morrer-diz-secretario-de-governo-do-es.ghtml> (consultado no dia 08/06/2020).

Da BBC News Brasil em São Paulo e em Londres. **“Brasil chega a 150 mil mortes por covid-19, mas número real pode ser muito maior”**. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54478219> (consultado 10 de outubro de 2020).

Revista Consultor Jurídico. **Defensorias pedem que coleta de dados da Covid contemple registro de raça e cor** [Internet]. 2020. <https://www.conjur.com.br/2020-jun-17/defensorias-pedem-dados-covid-contemplem-raca-cor> (consultado 10 de julho de 2020).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Emocional 47
Achille Mbembe 6, 52, 53, 62, 64
Antropologia 33, 34, 89, 109, 182, 186, 187, 223, 230

B

Base Nacional Curricular Comum 185

C

Ciência sem Fronteiras 7, 110, 111, 114, 121, 122
Classes Sociais 7, 29, 122, 166
Comunidades Rurais 98, 99, 104
Consciência Ecológica 83, 86, 89, 95
Costureiros 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178
Crimes contra a honra 207, 213, 214
Crise da modernidade ocidental 6, 1, 2, 10
Currículo básico 5, 7, 180, 181, 190

D

Deleuze 52, 64, 129, 138
Democracia racial 5, 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 37
Desigualdade Social 15, 113, 223
Direitos da infância 209, 219
Ditadura Civil-Militar 177, 223, 224

E

Ecologia de saberes 1, 2, 3, 7, 12, 16
Escola de Chicago 83, 90, 91, 95
Espiritualidade 125, 126, 127, 129, 132, 135, 137, 138, 139
Estado Democrático de Direito 207, 208, 214, 218
Ética do cuidado 5, 6, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80
Ética profissional 69, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150

F

Favela de Acari 220, 222

G

Gilberto Freyre 19, 21, 23, 34, 36, 197, 205

H

Human Exemptionalism Paradigm 91

I

Interseccionalidade 110, 112, 119, 121, 122

M

Mães de Acari 8, 220, 221, 222, 226, 228, 229, 230, 231

Memória Coletiva 98, 100, 106, 108, 109

Mercado de trabalho 7, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 224

Michel Foucault 6, 52, 53, 58

Mobilidade Espacial 98, 106, 107, 108

Modelo Patriarcal 212, 215

Movimento Negro 111, 112

N

New Environmental Paradigm 83, 91

Nova Era 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 138

P

Pós-modernidade 6, 1, 2, 6, 7, 11, 15

Projetos Intervencionista 98

Q

Quilombo 19, 23, 35, 36

R

Regime de Poder 6, 52, 53, 57, 63

Relativização 25, 136, 140, 141, 144

S

Sigilo Profissional 7, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Sul Global 1, 2, 3, 5, 6, 7, 16

T

Teoria Moral 69, 70, 71, 79, 81

Teoria Política 56, 193

V

Violência contra a mulher 207, 208, 219

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021